DOSSIÊ

A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: IDEB E SPACE EM ANÁLISE

THE POLICY OF EVALUATION OF BRAZILIAN BASIC EDUCATION: IDEB AND SPACE IN ANALYSIS

Atales Samara Sampaio Moreira[2]
José Nailson Alves Dias[3]
Thaynara Ingride Araújo Miranda[4]
Elizangela Gomes de Sousa[5]
José Wilton Albuquerque Mota[6]
Alisson Slider do Nascimento de Paula[7]

Submissão: 20/12/2017 Aceite: 27/12/2017

Resumo: Objetivou-se debater os elementos essenciais da lógica da avaliação educacional brasileira, mormente as políticas de avaliação, a saber, o Ideb e o SPAECE. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental. O Ideb junto com o SPAECE atendem as orientações dos organismos internacionais. O discurso oficial aponta melhora na suposta "qualidade" educacional, contudo, o Brasil ainda é um dos países com maior desigualdade educacional que está atrelada a desigualdade de renda e patrimônio.

Palavras chave: Ideb. SPAECE. Educação.

Abstract: The objective was to discuss the essential elements of the logic of the Brazilian educational evaluation, especially the evaluation policies, namely Ideb and SPAECE. This is a bibliographical and documentary study. Ideb together with SPAECE comply with the guidelines of international organizations. The official discourse points to an improvement in the supposed "quality" of education, however, Brazil is still one of the countries with the greatest educational inequality that is tied to income inequality and equity.

Keywords: Ideb, SPAECE, Education.

[2] Graduanda em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). E-mail: atales.samara20@hotmail.com
[3] Graduando em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). E-mail: nailson_dias7@hotmail.com
[4] Graduanda em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). E-mail: narynha_miranda04@hotmail.com
[5] Graduanda em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). E-mail elizangela.eg@hotmail.com
[6] Graduando em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). E-mail: jose.wilton.wi@gmail.com
[7] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Processo do curso de Educação Física do Centro Universitário INTA (UNINTA). E-mail: alisson.slider@yahoo.com

Introdução

A racionalidade técnica em que se baseia nos três *Es*: eficiência, eficácia e efetividade tem condicionado a política de avaliação educacional brasileira de modo mais aprofundado a partir da década de 1990, com a maior atenção dada pelos governos nacionais na implementação do neoliberalismo no Brasil (LORDÊLO, 2009). Nessa acepção, a despeito de não ser nenhuma novidade o *ethos* tecnicista no interior do modus operandi dos sistemas de ensino, a avaliação ganha destaque com sua roupagem técnica-contábil e com predominante influência na organização escolar.

A formação de professores na atual conjuntura sócio-política brasileira se evidencia como um desafio dos mais difíceis em função do campo em disputa e da complexidade em que o setor educacional se encontra tolhido de condicionalidades imperialistas[8]. Todavia, faz-se necessário refletir sobre os campos que permeiam o cotidiano do trabalho docente, nesse sentido, as políticas educacionais não fogem desse contexto.

Ao longo do semestre 2017.2 na disciplina de Política e Legislação da Educação Básica do curso de licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Inta (UNINTA), as reflexões e debates serviram de eixo para a constituição do presente trabalho. Noutras palavras, este trabalho se trata de um produto final de um dos tema debatidos ao longo da vivência da disciplina.

É lícito ressaltar que, não obstante tratar de um produto de uma disciplina, este texto foi sistematizado dentro dos procedimentos teórico-metodológicos necessários para a sistematização dos dados e fenômenos analisados. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental. Objetiva-se debater os elementos constituintes e mais essenciais da lógica da avaliação educacional brasileira, mormente as políticas de avaliação, a saber, o Índice de

[8] As condicionalidades imperialistas que se expressam aqui dizem respeito às intervenções dos organismos internacionais através das orientações e modelos educacionais desenhados para a periferia capitalista.

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

Históricos da Avaliação Educacional

A primeira manifestação sobre avaliação que se tem conhecimento ocorreu nos tempos bíblicos, e de uma forma muito selvagem tinha como objetivo solucionar as pessoas através de um teste de pronúncia. Isso ocorria como um tipo de prova oral, *Jephtah* usava a palavra *Shibboleth* como prova, e de acordo com essa palavra podia-se diferenciar os *Ephraimites* dos *Gileadites*, pois esse povo era o único que não conseguia pronunciar o "sh", e com isso os reprovados no teste eram identificados e decapitados.

Na China em 2.205 a.C. a avaliação tinha a finalidade de testar os oficiais. Isso ocorria quando o imperador chinês Shun aplicada uma forma de teste a cada três anos com o objetivo de identificar e diagnosticar quais soldados mereciam ser promovidos, e quais não eram aptos para o trabalho, levando assim a demissão daqueles que não obtiveram o resultado esperado pelo imperador. Embora não seja comprovado, acredita-se que na idade média já ocorria à aplicação de provas nas escolas de Grécia e Roma. Nesse mesmo período na Europa o meio diagnóstico de forma oral já era bastante tradicional.

A avaliação passa a ter uma natureza mais formal com *Horace Mann* nos Estado Unidos da América, ou seja, começa a ser trabalhada como uma forma de coleta de dados. Para Tyller (1986) a avaliação deve ser considerada como a determinação de um objeto a ser atingido.

Posteriormente, acompanhando essa mesma trajetória, iremos nos confrontar com estudiosos com conceitos contraditórios ao de Tyller. Mager (1977) em seus estudos organizou uma sistemática para a operacionalização de objetivos educacionais. Esses objetivos, quando bem formulados, especificam comportamentos desejados, as condições e suas manifestações e os padrões de desempenho suficientes.

O autor *supra* divide a avaliação em dois tipos: o primeiro tem como objetivo analisar se a vontade dos alunos aumentou ou pelo menos não regrediu comparando o início das disciplinas ao final das aulas, esse tipo de teste ele a chamou de "avaliação dos resultados de ensino". O outro tipo consiste em entender o que deve ser feito para obter uma melhora na forma de ensino, esta é a "avaliação do processo de ensino".

Bloom (1972) entende avaliação como uma forma mais ampla. Para ele qualquer pessoa tem capacidade de aprendizagem, desde que a mesma entenda e saiba respeitar os limites do seu ritmo de conhecimento.

No Brasil, o costume das provas escolares que temos atualmente foi estruturada por volta dos séculos XVI e XVII, e teve como alicerce as atividades de ensino que foram construídas pelos padres Jesuítas (sec. XVI) e pelo bispo protestante *John Amós Comênio* (sec. XVII).

Ao longo do desenvolvimento sócio-econômico diversas concepções foram irradiadas e sistematizadas no tocante à avaliação educacional. Contudo, com o desenvolvimento capitalista, a expansão neoliberal para países centrais e periféricos, a lógica técnico-contábil ocupou também espaço no campo da avaliação educacional, possuindo, inclusive, um caráter global.

A avaliação educacional como elemento estratégico

O tema avaliação se trata de um campo com diversas possibilidades de análises a partir da perspectiva que o utilize. São diversas modalidades e tipos de avaliação, não se limita em um único público, assim, quando tratada no âmbito educacional, percebe-se a avaliação contemplando alunos, professores, instituição, sistemas e subsistemas de educação, além, também, da avaliação de políticas educacionais. Como isso, é lícito ressaltar que a avaliação dos alunos trata-se apenas de uma parca parte desse vasto universo que é a avaliação.

Nesse sentido, a avaliação dos alunos que é progredida no contexto dos conjuntos de atos de escolarização em torno dos quais se elaboram os métodos

educativos e também são conhecidos como avaliação pedagógica ou avaliação das aprendizagens, é uma prática bem antiga e que tem uma história pertinentemente longa, como também é parecido com os testes que ocorriam nas universidades na idade média. A avaliação ao longo do tempo vem passando por diferentes etapas em termos de conceitos e metodologias. Há algum tempo atrás, pouco menos de um século, mais precisamente, foi registrada uma sugestão para desenvolver e criar uma docimologia[9].

Atualmente a forma de avaliação dos alunos no Brasil é sempre um assunto polêmico, pois não se sabe ao certo quais das metodologias irão alcançar um real objetivo. O modelo tradicional, por exemplo, é trabalhado em cima de quantidade, ou seja, tem uma concentração maior no contexto quantitativo. Nesse método, o aluno é visto como inapto de gerar para si um alto nível de conhecimento.

Com o passar do tempo houve um avanço considerável a partir da Lei nº. 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que mudou a concepção de avaliação, reconhecendo que a avaliação qualitativa predomina-se sobre a avaliação quantitativa. Contudo, de acordo com a lei, a avaliação do desempenho dos alunos deve ser contínua e cumulativa, ou seja, não apenas com provas finais, mas também com outras formas de avaliação.

Os tipos de avaliações

Todas as atividades avaliativas, na concepção Sant'anna (1998), concorrem para o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos e visam diagnosticar como a escola e os professores estão contribuindo para isso. Assim, o objetivo principal do processo de ensino é que todos os alunos se desenvolvam tanto intelectual como psicologicamente, aprendam de forma que

[9] De acordo com Piéron (1973, p. 126), Docimologia significa "o estudo sistemático dos exames (atribuição de notas, variabilidade interindividual e intraindividual dos examinadores, factores subjectivos, etc)".

não cause danos algum ao seu eu pessoal, isto é, em seu aspecto subjetivo, tanto no ambiente escolar quanto fora dele.

A avaliação deve favorecer o aprendizado de cada aluno, pois deve-se levar em conta que todas são diferentes, tanto em nível socioeconômico, como nas características individuais. Destarte, possibilita o conhecimento de cada um, da sua posição em relação à classe, estabelecendo uma base para atividades de ensino-aprendizagem.

Pode-se classificar a avaliação em três tipos: diagnostica, formativa e somativa. A seguir discorrer-se-á cada uma delas, caracterizando-as e diferenciando-as.

Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnostica visa identificar o progresso e as dificuldades do aluno no âmbito escolar, para assim o professor ter conhecimento de qual a melhor forma de levar o conhecimento para o aluno. Verificar o seu progresso dentro de tudo que está sendo abordado. Dessa forma, o aluno poderá seguir o ritmo de aprendizado necessário dentro da sua modalidade. Essa avaliação é crucial, pois sem ela o professor não saberá quais caminhos deve seguir e onde ela deve enfatizar para que seus alunos tenham o progresso almejado no processo de ensino-aprendizagem.

Com isso,

> O diagnóstico se constitui por uma sondagem, projeção e retrospecção da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medidas os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar as dificuldades encontradas. (SANT'ANNA, 1998, p.33).

Daí a importância de o professor realizar um diagnóstico no início do ano letivo, para assim ter um amplo conhecimento de quais áreas o aluno teve

um melhor desenvolvimento, e diagnosticar seus progressos e dificuldades dentro no processo.

Avaliação Formativa

A avaliação formativa visa identificar logo no início as dificuldades do aluno antes de começar qualquer aprendizado. Para assim, o professor saber qual o melhor meio que deva seguir para que o aluno tenha o conhecimento daquele determinado conteúdo. Esse tipo de avaliação ajuda tanto o professor, que irá saber o que deve fazer para ter um bom desempenho e um ótimo resultado no processo, quanto também ao aluno, que irá poder aprender onde ele mesmo precisa de ajuda, para que assim não fique perdido no meio dos colegas da turma.

Pode-se dizer que

> A avaliação formativa buscaria, além disso, compreender o funcionamento cognitivo do aluno em face da tarefa proposta. Os dados de interesse prioritário são os que dizem respeitos as representações das tarefas explicitadas pelo aluno e as estratégias ou processos que ele utiliza para chegar a certos resultados. Os "erros" constituem objeto de estudo particular, visto que são reveladores da natureza das representações ou das estratégias elaboradas por ele. A finalidade da recuperação pedagógica será ajudar o aluno a descobrir aspectos pertinentes da tarefa e comprometer-se na construção de uma estratégia mais adequada. (SOUZA, 1998, p.67).

Desta forma, essa avaliação se trata de um meio de interação entre o professor e o aluno, um irá saber como seguir para ter o melhor desempenho do outro. Ajudando ambas as partes no âmbito escolar.

Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem aspecto autoritário. Esta possui uma tendência em que o professor se trata do sujeito central do processo de ensino, é ele quem decide quem se destaca. Agregando valor somente aos que ele julga serem os melhores. Vale ressaltar aqui que nessa avaliação é o professor que decide quem

ganha ou perde pontuação, com critérios que não necessariamente devem ser explícitos aos alunos.

Nesse aspecto, a avaliação somativa:

> Supõe uma comparação, pois o aluno é classificado segundo o nível de aproveitamento e rendimento alcançado, geralmente em comparação com os demais colegas, isto é, com o grupo classe. A ênfase no aspecto comparativo é própria da escola tradicional. É com esse propósito que é utilizada a avaliação somativa, com função classificatória, pois ela consiste em classificar os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos ao final de um semestre, ano ou curso, de acordo com os níveis de aproveitamento preestabelecidos. Portanto, consiste em atribuir ao aluno uma nota ou conceito final para fins de promoção (HAYDT, 1991, p. 25- 26).

É necessário bastante cuidado em relação a esse tipo de avaliação, de alguma forma pode-se notar que ela não irá trazer tantos benefícios para a vida escolar do aluno, pois desta forma o aluno irá se perguntar o porquê dele ser punido sem um critério coerente dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Analisando o propósito de cada avaliação, pode-se ver que cada uma tem uma finalidade especifica que irá subsidiar o professor e o aluno. O professor irá saber quais caminhos seguir para ver o progresso de sua turma, e o aluno irá ter um melhor desempenho na sua vida escolar. De qualquer forma, é nítido até para o mais míope a importância destas avaliações no processo de ensino-aprendizagem, elas dão a direção a ser seguida, contudo muitas vezes não é a certa.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o Sistema de Avaliação do Estado do Ceará em análise

O Sistema de Avaliação do Estado do Ceará (SPAECE) é um sistema de avaliação que abrange as escolas públicas das redes estaduais e municipais do Estado, avaliando os alunos da educação básica, desde as etapas de alfabetização até o ensino médio. Trata-se de uma avaliação em parceria da Secretaria da Educação do Estado do Ceará em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação de Juiz de fora (CAED/UFJF).

Criado em 1992 e com operacionalidade até os dias atuais, o SPAECE fornece suporte para avaliação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, tendo assim um importante subsídio para a formatação de um ensino de qualidade para os alunos da rede pública do estado do Ceará.

Em cada edição anual são aplicados testes de desempenho e questionários conceituais que possibilitam extrair dados visando traçar um panorama de qualidade da educação dos alunos, a partir desses dados, os gestores das secretárias de educação podem elaborar e monitorar suas políticas, programas e projetos educacionais.

> Por considerar a importância do SPAECE como instrumento eficaz de gestão. Em 2007 a SEDUC ampliou a abrangência dessa avaliação incorporando a avaliação da alfabetização e expandindo a avaliação do ensino médio para as três séries de forma censitária. Assim o SPAECE passou a compreender a avaliação de leitura dos alunos de 2° ano do Ensino Fundamental (SPAECE – ALFA), nas disciplinas de português e matemática para os alunos de 5° a 9° ano do ensino fundamental e as turmas de 1°, 2° e 3° anos do ensino médio. As informações coletadas, a cada edição, identificam o nível de proficiência e a redução do desempenho dos alunos do estado do Ceará. (SPAECE, 2017, s.p.).

Em 2008 houve alterações:

> São aplicados também desde 2008 questionários contextuais aos alunos a partir do 5° ano do ensino fundamental e a professores e a diretores. O SPAECE utiliza três tipos de questionários. O primeiro é dirigido aos alunos, permitindo a elaboração de indicadores relacionados ao perfil socioeconômico e hábitos de estudos, o segmento destinou-se aos professores da língua portuguesa e matemática e o terceiro aos diretores. Tais questionários possibilitam traçar o perfil educacional, a experiência e a formação profissional, a prática docente e a gestão escolar de todos os envolvidos na área educacional, propiciando a associação entre o desempenho dos alunos e as variáveis contextuais. (SPAECE, 2017, s.p.).

O SPACE, em verdade, utiliza o discurso que através de sua operacionalidade é factível a organização de um diagnóstico acerca da qualidade

da educação pública do Estado do Ceará, este diagnóstico constitui-se por meio de resultados por aluno, turma, escola, município, cidade e estado. Em acréscimo, este diagnóstico possibilita a implementação de políticas educacionais que condicionam o modus operandi escolar, bem como as práticas pedagógicas dos docentes.

Esse sistema de avaliação tem se tornado cada vez mais importante para o sistema de monitoramento educacional do Estado do Ceará, pois permite montar um quadro sobre os resultados da aprendizagem dos alunos, com seus pontos fracos e fortes, e sobre características dos professores e gestores das escolas estaduais. E se tratando de uma avaliação de característica longitudinal, possibilita ainda acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) se trata de um indicador que serve para analisar se houve ou não cumprimento de metas estabelecidas no termo de adesão do Compromisso Todos pela Educação (CTE), orientador geral do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – Decreto 6.094/07).

Consoante Fernandes (2007, p. 117),

> Nesse âmbito que se enquadra a idéia das metas intermediárias para o Ideb. A lógica é a de que para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional.

O autor *supra* acrescente que,

> A definição de uma meta nacional para o Ideb em 6,0 significa dizer que o país deve atingir em 2021, considerando os anos iniciais do ensino fundamental, o nível de qualidade educacional, em termos de proficiência e rendimento (taxa de aprovação), da média dos países desenvolvidos (média dos países membros da OCDE) observada atualmente. Essa comparação internacional foi possível devido a

> uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no PISA (Programa for Internacional Student Assessment) e no Saeb. (FERNANDES, 2007, p. 2).

O IDEB também estabeleceu metas intermediárias, que devem ser alcançadas pelo Brasil, Estados, cidades e escolas a cada dois anos, após esses resultados sendo obtidos com eles podendo ver os níveis de escolaridade de cada Estado e escola podendo também ver o índice de aprendizado de cada localidade o nível de aprendizado dos alunos.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), isso significa progredir do valor nacional 3,8, registrado em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2021. Com isso, espera-se que o Brasil se posicione entre os países com os melhores sistemas de ensino do mundo. Essa comparação internacional foi possível devido a uma técnica de compatibilização entre a distribuição das proficiências observadas no *Programme for Internacional Student Assessment* (PISA) e no Saeb. A partir disso derivou-se a proposta de uma meta de desempenho médio para o Brasil nas avaliações de 2021. A taxa de aprovação sugerida para compor a meta relativa ao Ideb é de 96%. De todos os alunos regular e com aprovação satisfatória.

O INEP atualmente divulga resultados de avaliações por redes e escolas, o Ideb é o principal indicador para monitorar a qualidade da educação básica. O Ideb combina as notas das provas Brasil/Saeb com as taxas de aprovações. Impedindo, deste modo, que continue as reprovações incontroladas como a prática em aprovar alunos que não adquiriram aprendizagem satisfatória. O Ideb também é utilizado para estabelecer metas para escolas e redes, e assim poder proporcionar uma movimentação nacional para que até 2021 o Brasil possa atingir o estágio educacional dos países desenvolvidos (FERNANDES; GREMAUD, 2009).

Com o objetivo de obter um compromisso das escolas e redes com a melhoria do Ideb, foi criado um sistema de metas pactuadas entre o Ministério

da Educação (MEC) e secretarias de educação de Estados e municípios que foi estabelecido: o *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. As metas do IDEB foram estipuladas para 2021 (divulgação em 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil), com metas intermediárias fixadas para cada dois anos, a partir de 2007(FERNANDES, 2007).

O sistema de metas serviria para aumentar a mobilização da sociedade em favor da qualidade da educação, para isso tinha que estabelecer metas de aumento do Ideb para o país, as metas tinham que ser desafiadoras e convencionais, os municípios e Estados tinham que se comprometerem com essas metas (FERNANDES; GREMAUD, 2009).

Segundo Fernandes (2007), ao se bater a meta nacional do Ideb seria o "equivalente a se equiparar ao nível de qualidade do sistema educacional do País, em relação à proficiência e rendimento, à média atual dos países desenvolvidos" (p. 125).

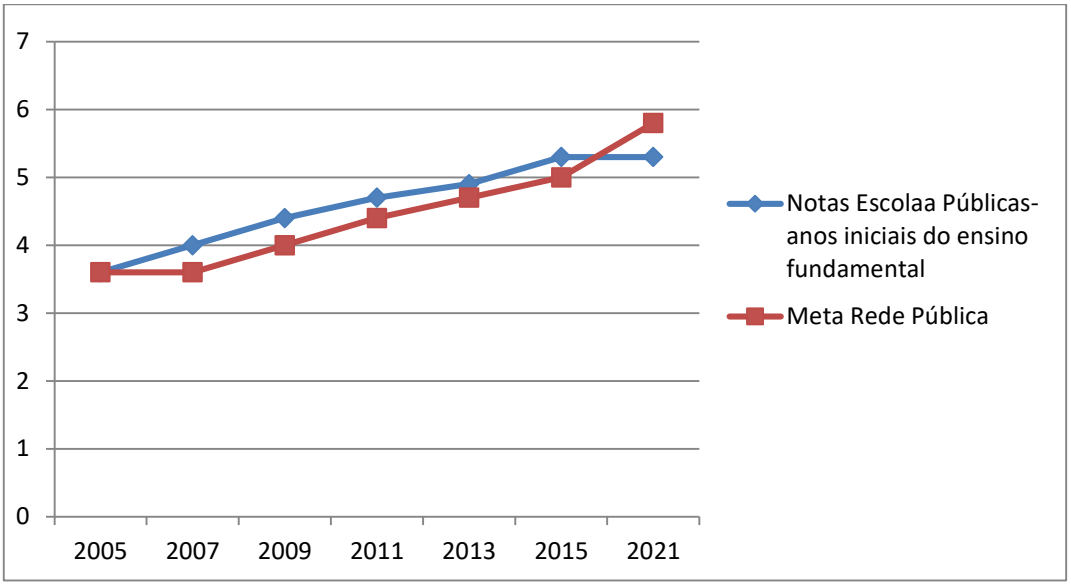
O diagnóstico do resultado do Ideb é constituído via elementos específicos:

> O resultado do IDEB é obtido pela multiplicação da proficiência média dos alunos da escola (N) pela taxa média de aprovação da escola (P), que fica: IDEB = NP.9 Sob certas hipóteses, ele pode ser interpretado como a razão entre a proficiência média dos alunos da escola (N) e o tempo médio que os alunos levam para concluir uma série (T): IDEB = N T. Por exemplo, se, em média, os alunos precisam de dois anos para concluir uma série, o IDEB será igual à metade da proficiência média dos alunos da escola. Ele foi construído como uma forma para poder eliminar as reprovações improdutivas: reprovações que não elevam o desempenho dos estudantes. Se as reprovações contribuírem para melhorar o desempenho dos estudantes da escola, seja porque incentivam os alunos a estudarem mais, seja porque tornam as turmas mais homogêneas, a taxa ótima de reprovação seria diferente de zero, mas, provavelmente, muito baixa. Isso se confirmada a crença, de grande parte dos pesquisadores em educação, que reprovações são pouco produtivas (FERNANDES; 2007, p. 127).

Fernandes e Gremaud (2009) afirmam que essa meta norteia o cálculo das metas individuais do Índice para cada ente e escola. O estabelecimento delas tem o objetivo de gerar maior comprometimento dos entes e escolas.

O gráfico abaixo apresenta a evolução das notas do IDEB, nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas no Brasil, do início do cálculo até o ano de 2015, assim como a meta para cada ano até 2021.

Gráfico 1. Nota e Meta do IDEB referente aos anos iniciais do ensino fundamental as escolas públicas do Brasil



Fonte: INEP (2016).

Não obstante a exposição acerca das políticas de avaliação da educação básica, fica evidente o discurso no qual preconiza-se a resolução de todos os problemas educacionais através do alcance de metas e índices em que avaliação de desempenho do aluno seja a centralidade da avaliação. Em verdade, a avaliação vem assumindo condição de instrumento estratégico.

A avaliação quando possui um caráter público, suas intenções dizem respeito aos valores democráticos, isto é, aos interesses coletivos em detrimento dos particulares, dentro das instituições republicanas. Todavia, quando a

intenção central da avaliação se trata da mensuração dos produtos, os valores aí tratados são outros, ou seja, interesses particulares em detrimento do coletivo.

A despeito da necessidade da utilização de indicadores, padrões e números na processualidade da avaliação educacional em sua característica classificatória, escalonal e comparativa, quando são utilizados a serviço dos interesses particulares questiona-se qual a real necessidade de atingir níveis padronizados internacionalmente quando apenas duas áreas do conhecimento inseridos no currículo escolar são exigidos nestes testes avaliativos? Ora, se o Brasil se caracteriza na Divisão Internacional do Trabalho como país de capitalismo dependente, a modelo educacional deve corresponder a um de formação de nível reduzido, ou formação especializada (profissional) para setores da classe trabalhadora para a ocupação de postos de trabalho cada vez mais localizados no mercado informal.

O Ideb junto com o SPAECE atendem bem às orientações dos organismos internacionais. O PISA é atendido de modo disciplinar, o discurso oficial aponta melhora na suposta "qualidade" educacional, contudo, o Brasil ainda é um dos países com maior desigualdade educacional que está atrelada a desigualdade de renda e patrimônio. As implicações da desigualdade educacional são evidentes quando o Brasil ainda está posicionado na frente apenas da Guiana na América do Sul (UIS, 2017). Nessa acepção, o modelo de avaliação educacional não atende os anseios dos educadores, dos alunos, gestores e sociedade civil.

Conclusão

A avaliação educacional tem sua importância no processo de ensino-aprendizagem, tanto para o professor que terá um guia para saber se seus alunos estão se sobressaindo como deveriam, para ter conhecimento de qual a melhor forma de repassar para a turma todo o conhecimento necessário no âmbito escolar do discente, quanto também para o aluno que terá um ensino um pouco melhor dentro do que é pedido, diante de atividades que avaliem seus

progressos e suas dificuldades. Todavia, deve-se reiterar que essas avaliações nem sempre vão resultam benefícios, algumas destas servem o propósito de levar mérito somente ás escolas, deixando de lado o aprendizado real do aluno. Quando determinada escola quer chegar ao topo sem ter muitos obstáculos, acabam por fraudar essas avaliações, comprando o "conhecimento" que o aluno não possui. Desta forma, pode-se observar que avaliação institucional ainda tem muito a ser modificada, para que talvez um dia ela traga os verdadeiros benefícios que um dia ela foi almejada. Afinal, ela foi criada com o propósito de ajudar o corpo discente e corpo docente da escola, porém não é sempre que se pode levar ao propósito final dela.

Partindo do ponto de que avaliação educacional deveria seguir uma linha tênue com o desempenho dos envolvidos nela, nota-se que poucas são as vezes que as avaliações são usadas para ajudar, tende-se a utilizá-la de forma incoerente.

Avaliação individual não implica, necessariamente, prejudicar o aluno, caso o fosse, como o professor irá saber o que determinado aluno precisa para ter um melhor desempenho? Afinal cada sujeito tem suas características e aspectos individuais, além de precisar um instrumento que ajudem elas de forma que abranja seu individualismo. As avaliações educacionais podem contribuir qualitativamente no processo educacional dos envolvidos nela, todavia, depende de como ela vai ser operacionada, dentro de qual perspectiva? Com quais interesses subjacentes que a forjam? É preciso um tipo de processo avaliativo que abranja cada indivíduo de acordo com suas necessidades, de forma que todos saiam ganhando, isto é, sejam contemplados com a avaliação.

Referências

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que Avaliar?: Como Avaliar? Critérios e Instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação no processo de ensino – aprendizagem. Ática, 2ª ed. 1991.

SOUZA, Clarilza, P. de, (Org) Avaliação do Rendimento Escolar. Campinas SP. Papirus, 1995 (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).
http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1358/1358.pdf - acesso em 25 de Novembro de 2017

ALMEIDA, L,C. , DALBEN, A., FREITAS, L,C,D., Educ. Soc, Campinas, v. 34, n. 125, p.1153-1174, 2013 Disponível em<http://www.cedes.unicamp.br> acessado em 28/11/2017.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. P.28.

PONTES. L, A, F., SOARESE. T,M., st. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, n. 66, p. 690-715, set./dez. 2016. FERNANDES,Reynaldo. A universalização da Avaliação e a Criação do ideb: pressupostos e perspectivas. Brasília, 2016; p.103.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury. Qualidade da Educação: Avaliação, Indicadores e Metas. São Paulo, 2009.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

MOTA, Michelle Catyana Lira; O IMPACTO DO IDEB NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BASICA PUBLICA NO BRASIL: uma avaliação a partir do processo de Markov. Brasília. 2016. http://www.spaece.caedufjf.net/avaliacao-educacional/o-programa/ - acesso em 30 de novembro de 2017.

INSTITUTO DE ESTATÍSTICA DA UNESCO, UIS. Taxa de analfabetismo. 2017. Disponível em: <http://data.uis.unesco.org>. Acesso em 27 dez. 2017.